


**CALIBAN E SYCORAX: A COLONIZAÇÃO DO CORPO LATINO-AMERICANO NA  
PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL CRÍTICA**

**CALIBAN AND SYCORAX: THE COLLINIZATION OF THE LATIN AMERICAN BODY  
FROM THE PERSPECTIVE OF CRITICAL ENVIRONMENTAL EDUCATION**

**CALIBÁN Y SYCORAX: LA COLINIZACIÓN DEL CUERPO LATINOAMERICANO  
DESDE LA PERSPECTIVA DE LA EDUCACIÓN AMBIENTAL CRÍTICA**

 <https://doi.org/10.56238/arev8n1-084>

**Data de submissão:** 12/12/2025

**Data de publicação:** 12/01/2026

**Alisson Ferreira Justamant**

E-mail: [ali.justamant@gmail.com](mailto:ali.justamant@gmail.com)

Orcid: 0009-0005-2913-2458

Lattes:

[https://www.cnpq.br/cvlattesweb/PKG\\_MENU.menu?f\\_cod=7C11BE59922829C77AEC9DEFC86BCBCF#](https://www.cnpq.br/cvlattesweb/PKG_MENU.menu?f_cod=7C11BE59922829C77AEC9DEFC86BCBCF#)

**Lucia de Fatima Socoowski de Anello**

E-mail: [luciaanello@hotmail.com](mailto:luciaanello@hotmail.com)

Orcid: 0000-0002-9139-9584

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8636516243687298>

**Maryanna Oliveira Pozenato**

E-mail: [marypozenato@gmail.com](mailto:marypozenato@gmail.com)

Orcid: 0009-0000-0511-8866

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7341323743861404>

**Maria Escarlata Pereira**

E-mail: [mariaescarlatapereira@gmail.com](mailto:mariaescarlatapereira@gmail.com)

Orcid: 0009-0006-0815-951X

Lattes:

[https://www.cnpq.br/cvlattesweb/PKG\\_MENU.menu?f\\_cod=FB84AA5A2F1227B7B4E2DC9F19CE6B26#](https://www.cnpq.br/cvlattesweb/PKG_MENU.menu?f_cod=FB84AA5A2F1227B7B4E2DC9F19CE6B26#)

**Desirée Fripp dos Santos**

E-mail: [desifripp@gmail.com](mailto:desifripp@gmail.com)

Orcid: 0000-0002-6196-9806

Lattes: <https://lattes.cnpq.br/9521605222628837>

**Joseane Dias Kirst**

E-mail: [kirstdiasj@gmail.com](mailto:kirstdiasj@gmail.com)

---

## RESUMO

Este trabalho se constitui em uma reflexão teórica com a finalidade de entender os processos históricos e, também, artísticos que fortalecem a violência colonial. O debate aqui proposto se fundamenta no materialismo histórico de tradição marxiana, apontado os processos coloniais como

uma forma de acumulação primitiva do sistema capital, contextualizado na exploração do trabalho escravizado, na destruição da cultura originária dos povos americanos e no sequestro e na matança das populações africanas. O colonialismo advém do sistema escravista e a diáspora africana, que perdurou por séculos, em consonância com a superexploração das mulheres, historicamente, configura o mesmo opressor e a mesma mão exploradora do trabalho. Este artigo pondera a luta interseccional de raça e gênero para a superação da exploração vigente no contexto da Educação Ambiental Crítica e Freireana.

**Palavras-chave:** Colonialismo. Interseccionalidade. Racismo Ambiental. Educação Ambiental.

#### **ABSTRACT**

This work constitutes a theoretical reflection aimed at understanding the historical and artistic processes that reinforce colonial violence. The debate proposed here is based on historical materialism in the Marxist tradition, pointing to colonial processes as a form of primitive accumulation of the capitalist system, contextualized in the exploitation of enslaved labor, the destruction of the original culture of the American peoples, and the kidnapping and killing of African populations. Colonialism stems from the slave system and the African diaspora, which lasted for centuries, in conjunction with the super-exploitation of women, historically configuring the same oppressor and the same exploitative hand of labor. This article considers the intersectional struggle of race and gender for overcoming the exploitation prevalent in the context of Critical and Freirean Environmental Education.

**Keywords:** Colonialism. Intersectionality. Environmental Racism. Environmental Education.

#### **RESUMEN**

Este trabajo constituye una reflexión teórica orientada a comprender los procesos históricos y artísticos que refuerzan la violencia colonial. El debate que se propone se basa en el materialismo histórico de tradición marxista, señalando los procesos coloniales como una forma de acumulación primitiva del sistema capitalista, contextualizada en la explotación del trabajo esclavizado, la destrucción de la cultura originaria de los pueblos americanos y el secuestro y asesinato de poblaciones africanas. El colonialismo se deriva del sistema esclavista y la diáspora africana, que perduró durante siglos, junto con la sobreexplotación de las mujeres, configurando históricamente al mismo opresor y la misma mano de obra explotadora. Este artículo considera la lucha interseccional de raza y género para superar la explotación prevaleciente en el contexto de la Educación Ambiental Crítica y Freireana.

**Palabras clave:** Colonialismo. Interseccionalidad. Racismo Ambiental. Educación Ambiental.

## 1 INTRODUÇÃO

SOMBRA LIQUÍDA – F.UR.T.O  
Sob o céu vermelho das traçantes  
O mesmo passado que nos caça nos salvou  
E pouco antes do meu futuro  
Enfatizar em convulsão  
Eu entendi que caminhar para o fim do túnel  
é ouvir um silêncio sem permissão  
Essa é minha busca e minha intenção  
Porque lá em casa  
Mesmo quando não tinha trabalho  
Só tinha trabalhador

Este artigo ensaístico trata de questões acerca de gênero, raça e acumulação primitiva. Nele, recapitulamos, com um olhar clínico, a obra de Shakespeare (Lamb, 2003) “A tempestade”, condicionado por dois personagens coadjuvantes da obra “Caliban e a Bruxa”, de Silvia Federici (2017). Essa última retrata o processo de acumulação primitiva do capital e da forma como a prática de caça às bruxas e a colonização foram e são predominantes a essa acumulação em seu processo histórico de desenvolvimento no sistema capital. O contexto dessas obras está em consonância com o racismo ambiental histórico, que se caracteriza pela relação do colonizador como o desbravador e pioneiro de um “novo mundo”, rico em recursos naturais livres e disponíveis para serem explorados. Assim, tratam da relação de gênero e de raça na esfera da exploração do trabalho escravizado ou dos colonos. Por conseguinte, todas as nuances que o colonialismo deixa com sua relação de esgotamento dos recursos naturais e de superexploração da força de trabalho, acentuando-se com os marcadores de gênero e de raça, ressoam nos povos latino-americanos.

Nossa reflexão busca entender e estabelecer contribuições teóricas para as práticas educativas ambientais antirracistas e decoloniais no contexto de enfrentamento ao capitalismo como modo de produção vigente e, dessa forma, estabelecedor das condições societárias atuais do mundo colonizado. Entendemos a Educação Ambiental como uma práxis transformadora de sujeitos vitimizados e vulnerabilizados nesse sistema. Diante disso, resgatando a obra “Pedagogia do Oprimido”, de Freire (2012), caracterizamos nosso entendimento do sujeito “oprimido” a que se refere o autor na lógica da colonização e da caça às bruxas como processos e sujeitos a serem dominados e subjugados como ferramentas da exploração do novo mundo.

## 2 A TEMPESTADE: A VIOLAÇÃO DOS NÃO BRANCOS COMO AVANÇO DO COLONIZADOR

Shakespeare escreve sua última peça, que fora considerada uma das mais intrigantes, “A tempestade”, em 1610 e 1611. Essa última obra de Shakespeare aborda questões míticas, em que

Próspero, o duque de Milão, umadas personagens centrais, planeja repassar o poder para a sua filha, utilizando persuasão e ilusão.

Próspero, por sua vez, invoca a epônima tempestade, por meio de Ariel, espírito aprisionado por Sycorax, “a bruxa”, mãe de Caliban. Calculando a aproximação de seu irmão, Antônio, que lhe confiscou a posição de duque, trazendo consigo o aliado rei Alonso de Nápoles para ilha da qual saíram em diáspora após serem expatriados, agora estavam todos em um grande desfecho que acabaria na redenção do rei Alonso e no casamento de Miranda, filha de Próspero, com o filho de Alonso, Ferdinando.

Em consonância com a época e com os sistemas que predominavam no século XVII, mais precisamente em 1611, a escravização dos negros e a imparcialidade ao esteriotipar os povos pré-colombianos são deixadas de lado, já que a humanidade é negada nos povos originários pré-colombianos e nos africanos no momento da diáspora.

“A tempestade”, de Shakespeare, inevitavelmente, faz menção ao que os colonizadores cultivavam no momento de desapropriar e ver como ilhas não habitadas, trazendo consigo a devastação colonizadora do apagamento histórico. Com isso, a peça aborda uma história de desapropriação e colonização da terra dos “não humanos e não civilizados”.

Caliban e sua mãe, Sycorax, são as personagens que explicam a visão do colonizador sobre toda forma de organização social e cultural distinta, a qual o poder hegemônico norteia. Entende-se, portanto, uma manobra, por meio do monopólio artístico, em suma, europeu. Destaca-se um subjetivação artística e racista com os povos racializados no momento de aos seres que habitam as “ilhas inabitáveis”, por meio de um conto fictício, mas que demarca, geograficamente, a ausência de civilização do branco. Ademais, compreende-se a visão do branco como uma ilha colonizada de espíritos sobrenaturais, sendo Caliban o filho da bruxa com o demônio.

Caliban passa a ser escravizado por Próspero após uma tentativa frustrada de estuprar a filha do Duque de Milão. De forma intrigante, Próspero não especifica o fim de Caliban ao final da história, mas o perdoa e também promete a libertação eterna ao espírito não mais aprisionado, Ariel. A liberdade de Ariel se deu a partir do compromisso de o espírito bondoso e verdadeiro guiar o barco de volta à terra de origem, onde Miranda e Ferdinando se casariam. Esse espírito bondoso, que fora aprisionado por Sycorax, torna-se acompanhante de Próspero na jornada de reconquista.

Isso remonta, todavia, à idéia da colonização quando os europeus validavam o processo de escravidão de todos os não brancos nas Américas e na África, a partir da deslegitimação de sua cultura e de sua forma de organização. Percebe -se que Próspero age com sua soberania sobre os demais, entendendo tal postura da personagem, é possível fazer um paralelo sobre a dominação do branco

sobre o negro. Segundo Mbembe (2018, p. 10), “nesse caso, o romance da soberania baseia-se na crença de que o sujeito é o principal autor controlador do seu próprio significado”.

A dominação, com a chegada do Duque, exemplifica como os europeus, no seu imaginário exótico sobre as Américas, assimilaram a existência do antagônico ao branco, ditando culpa ao já culpado por sua existência. De acordo com Fanon,

assim fazendo, ele apresenta um novo, complexo à lista pré-existente: o “complexo de Próspero”, – definido como o conjunto de disposições neuróticas que desenham ao mesmo tempo 'a figura do paternalismo colonial' e o 'retrato do racista', cuja filha foi objeto de uma tentativa de estupro (imaginário) por parte de um ser inferior (Fanon, 2008, p. 100).

Analisa-se, categoricamente, que Próspero chega com suas sociabilidades do mundo europeu, empregando o mesmo poder de dano aos ilhados, ou melhor, espíritos aprisionados na ilha. É impossível haver imparcialidade quando quem escreve está carregado da valência supremacista, deslegitimando e projetando o paternalismo colonial em um romance.

Como afirma Fanon (2008, p. 101),

Próspero é como sabemos, o personagem principal da peça de Shakespeare A tempestade. Diante dele temos Miranda, sua filha, e Caliban, o selvagem. Diante de Caliban, Próspero adota uma atitude que os sul-americanos conhecem bem. Eles não dizem que os pretos esperam a boa ocasião para se precipitarem sobre as mulheres brancas? Em todo caso, o que há de interessante nesta parte da obra é a intensidade com que Mannoni nos faz apreender os conflitos mal resolvidos que parecem estar na base da vocação colonial.

Verifica-se que, de forma tendenciosa, a imagem dos povos originários das Américas e dos negros escravizados é imbuída da personificação alegórica de selvagens, assim como Caliban. O ocidente sempre validou os estupros pela lógica paternalista de salvar ou embranquecer, tornar menos selvagens os corpos colonizados, legitimando as atrocidades cometidas ao mesmo tempo que se olhavam no espelho, ou melhor, como Fanon (2008) relata no “duplo narcisismo”, onde a projeção das iniquidades eram fixadas no outro.

A preguiça, a sexualização e os crimes contra a vida humana dos não brancos apontam para uma tendência de culpar o outro, uma vez que a colonização e sua barbárie acontecem com a prerrogativa de civilizar o incivilizado. Para Fanon (2008, p. 143),

Esta necessidade de reencontrar a figura mitológica dos sátiros nos macacos antropóides, em Caliban\* ou nos negros, e mesmo nos judeus, atinge a alma humana, em uma profundidade onde o pensamento é confuso e a excitação sexual é estranhamente ligada à agressividade e à violência, vetores de grande potência.

Entende-se que animalização é de suma importância para a dominação dos incivilizados. Com base nisso, é possível depreender que Caliban representa o homem latino-americano latino-americano, o incivilizado, o selvagem, o esturpador em potencial, atualizado, na contemporaneidade, como o ladrão, o malandro. É como se os colonizadores ditassem o seu reflexo no espelho do amordaçado: índio, negro, judeu e cigano. Na verdade, naquela época, a produção artística já apontava o poder da ideologia destruidora que o ocidente idealizaria na inimidade de tal projeção, que seria justa às ações dos colonizadores.

A provocação sobre tal história no período colonial, que por mais que o coadjuvante Caliban estivesse distante do holofote central, traz o simbolismo pertinente à figura do latino-americano e, sobretudo, dos povos originários para a questão do poder colonial. A colonialidade dada pela nossa assimilação faz com que, por vezes, casos como este passem despercebidos por nós. Caliban representa: o brasileiro; o trabalhador desmoralizado; a mulher latino-americana sexualizada e quem assume o pecado do colonizador que atenta contra a sua existência; o complexo de inferioridade, que a branquitude empregou ao negro e ao indígena; quem não tem direito à defesa e ao cumprimento de norma jurídica; o esquecido no sistema prisional; a fome e a inveja do colonizado pelo seu sentimento de impotência; o sal do mar, que tem lágrima dos olhos dos que vieram nos primeiros negreiros para a América; a sabotagem na educação, enquanto a elite de Próspero ou as elites atuais zombam do estado de pobreza e miserabilidade. Enfim, Caliban é todos nós.

Mas, como o fim de Caliban não é algo bem definido, digamos que ele ainda está por aí, vagando com todos os dilemas deixados por aqueles que adentraram sua terra, que o escravizaram e que o acusaram. Assim, Caliban é a luta e a reivindicação da defesa e de que a história seja contada por outro ângulo, a partir da expulsão daqueles que invadiram sua ilha para conseguir extrair o que queriam e depois seguiram. Caliban é a luta de todos(as) latino-americanos(as).

Fanon (2008) salienta que o povo colonizado, nascido a partir de um complexo de inferioridade causado pelo apagamento de sua cultura, posiciona-se perante a cultura da nação civilizadora. Devemos, portanto, pensar em Caliban refletindo sobre nós, revermos nossos processos históricos e, com isso, destruímos tudo que a colonização instituiu até hoje, além de nos comprometermos com o novo mundo, para que a equidade social seja nosso prisma para um mundo justo.

### 3 ACUMULAÇÃO PRIMITIVA: A RIQUEZA CENTRADA NA MÃO DO COLONIZADOR

A diáspora africana cumpre um papel fundamental para a acumulação primitiva do capital, já que a colonização propiciou a coisificação e a superexploração da mais-valia dos povos africanos e ameríndios nas *plantations*. Segundo Marx (2017, p. 821),

A descoberta das terras auríferas e argentíferas na América, o extermínio, a escravização e o soterramento da população nativa nas minas, o começo da conquista e saqueio das Índias Orientais, a transformação da África numa reserva para a caça comercial de peles- negras caracterizam a aurora da era da produção capitalista. Esses processos idílicos constituem momentos fundamentais da acumulação primitiva. A eles se segue imediatamente a guerra comercial entre as nações europeias, tendo o globo terrestre como palco. Ela é inaugurada pelo levante dos Países Baixos contra a dominação espanhola, assume proporções gigantescas na guerra antijacobina inglesa e prossegue ainda hoje nas guerras do ópio contra a China etc. Os diferentes momentos da acumulação primitiva repartem-se, agora, numa sequência mais ou menos cronológica, principalmente entre Espanha, Portugal, Holanda, França e Inglaterra.

A exploração advinda da colonização enriqueceu os países citados acima, principalmente quando se estabeleceu um monopólio a partir das companhias de tráfico e comércio de pessoas escravizadas. Marx (2017) destaca que, para o crescimento do capital, o sistema escravista é fundamental para a exploração em todas as áreas vigentes, uma vez que o território é ocupado em consequência da colonização e sua força de trabalho e seus recursos naturais são explorados.

Todavia, o monopólio e por si só o sistema escravista colonial concentraram o grande saque de riquezas e dizimação de culturas e povos, que, por natureza histórica, se define como “acumulação primitiva”. Segundo Federici (2017), os efeitos colaterais da acumulação primitiva não cessam com a violência predominante no processo de colonização, mas nas novas relações de trabalho que são estabelecidas a partir da proletarianização massiva de trabalhadores(as) do campo e escravizados que agora se configuram no exército de reserva massificado.

Esse proletariado moderno se caracteriza por inúmeras divisões, por gênero e por raça. Destaca-se, portanto, que essa desigualdade é fundamental para o domínio e amortecimento da classe trabalhadora, quando tal problemática não é relevante para a explicação minuciosa do que constitui a história da força de trabalho na modernidade.

Federici alega que:

A acumulação primitiva não foi, então, simplesmente uma acumulação e uma concentração de trabalhadores exploráveis e de capital. Foi também uma acumulação de diferenças e divisões dentro da classe trabalhadora, em que as hierarquias construídas sobre o gênero, assim como sobre a “raça” e a idade, se tornaram constitutivas da dominação de classe e da formação do proletariado moderno (Federici, 2017, p. 119).



A divisão entre homens e mulheres no capital contribui, por sua vez, para a concepção de que apenas o ofício fabril e masculino pode ser reconhecido como trabalho. Logo, Federici (2017) nos faz refletir sobre a condição do trabalho doméstico e não remunerado que abarca, historicamente, as mulheres. Uma vez que, para a autora, O trabalho das mulheres está atrelado à subordinação da força de trabalho reprodutiva no âmbito doméstico, sendo naturalizada e aparelhada pela força do Estado patriarcal.

Entretanto, com base em Federici (2017), destaca-se que a importância econômica relacionada à reprodução da força de trabalho no cenário doméstico e seu papel na acumulação de capital, frequentemente, ficam ocultas, sendo apresentadas, de maneira equivocada, como uma predisposição natural e identificadas como trabalho atribuído às mulheres.

É possível perceber que as mulheres passam a assumir uma função doméstica não só de cuidar do lar, mas de reproduzir mais força de trabalho para o grande capital, pois estão fadadas, ideologicamente, ao cuidado com a família. Todavia, tal atividade passa por uma mistificação de que seria sua essência e seu dever de cuidado, assumindo a posição coadjuvante na produção do capital.

Doravante, tais problemáticas não cessam quando, clinicamente, analisamos as nuances que dividem o trabalho pela questão de gênero. Em consonância com o sustentado por Federici (2017), é importante ressaltar que as mulheres foram desprezadas em diversas posições remuneradas e, quando atuavam em funções remuneradas, percebiam salários substancialmente menores em relação à média salarial masculina.

Ao descortinar a condição imposta às mulheres pelo grande capital, percebe-se que, assim como muitas outras condições impostas a seres humanos na ideia de diferença para exploração da sua força de trabalho e corpo, as mulheres sofrem tal exploração, assumindo a responsabilidade do cuidado familiar.

A mulher negra, por sua vez, assume um fardo maior, já que é preciso lutar por sua sobrevivência não só na questão de gênero, mas também na questão da raça que lhe é uma violência imposta. Conforme Davis (2016, p. 244), apesar de terem conquistado certa independência e habilidades notáveis, as mulheres negras suportaram ônus significativos, pois, embora, raramente, se limitassem ao papel exclusivo de donas de casa, sempre foram encarregadas das responsabilidades domésticas.

O avanço que as mulheres adquiriram com o passar do tempo e com a luta é, em suma, inegável. Porém, quando observamos qual tipo de mulheres, hegemonicamente, compunham estes grupos organizados de reivindicação, por mais que fossem de trabalhadoras, era possível analisar um certo privilégio sobre as mulheres negras subalternizadas no contexto de cidadania e direitos.



A matiz da problemática racial, entre as mulheres negras e o movimento feminista, que, por vezes, não acentuou o acréscimo opressivo quando a mulher negra reivindica, torna-se nítido ao comparar o patriarcado branco em relação ao negro, uma vez que é possível observar similaridades na organização familiar, mas não na forma que a exploração se dá com os grupos.

Em consonância com Davis (2016), salienta-se que, da mesma forma que os homens ao seu redor, as mulheres negras labutaram incansavelmente, desempenharam o papel de provedoras familiares, assumindo a responsabilidade até os seus limites. A exploração com a comunidade negra, historicamente e muitas vezes por um imaginário racista, não recebe o devido olhar analítico no que constitui o processo de pobreza e marginalização das mulheres e homens negros, em relação à superexploração.

Para Angela Davis (2016, p. 245):

O caso não é que o papel doméstico das mulheres não tem recebido nenhuma atenção. Pelo contrário, o movimento de mulheres contemporâneo tem representado as tarefas domésticas como elementos essenciais da opressão feminina. Há, inclusive, um movimento em vários países capitalistas cuja principal preocupação é a situação de opressão das donas de casa.

Entende-se que a problematização do gênero acontece em muitos polos. Quando percebemos que, até mesmo, em países capitalistas a problemática de gênero é abordada, surgem reflexões sobre as condições em que a luta pela emancipação da mulher tem sido discutida e qual perspectiva libertária essa emancipação carrega. Uma libertação econômica com viés neoliberal apenas mudaria a centralidade do poder opressivo da mão do homem branco para a mulher branca, uma vez que não estaria em vigor uma nova organização social que revisasse toda a historicidade que conduz a essa opressão.

De acordo com Silvia Federici:

Entretanto, com a institucionalização da escravatura, que veio acompanhada por uma diminuição da carga laboral para os trabalhadores brancos e por uma queda no número de mulheres vindas da Europa como esposas para os fazendeiros, a situação mudou drasticamente. Fosse qual fosse sua origem social, as mulheres brancas ascenderam de categoria, esposadas dentro das classes mais altas do poder branco. E, quando se tornou possível, também se tornaram donas de escravos, geralmente de mulheres, empregadas para realizar o trabalho doméstico (Federici, 2017, p. 216).

Observamos que a concepção de avanço não pode ser equivocada ou deslocada de uma abrangência maior. Assim como em outros momentos históricos, como a “caça às bruxas” ou mesmo a escravidão baseada na etnia, esses ataques impactaram a grande maioria, fazendo dos inquisidores uma parcela privilegiada.

Portanto, é necessário direcionar a luta social para a interseccionalidade, proporcionando uma abordagem anti-machista e antirracista. Com base em Crenshaw (2002),ratifica-se a necessidade de empregar um procedimento de coleta de informações de baixo para cima, uma vez que, habitualmente, as categorias de gênero e de raça são ponderadas de cima para baixo

Compreendendo os processos históricos que constituem as divisões de trabalho, ligadas à exploração de gênero e raça no contexto da América Latina e também estruturadas em uma base colonial que estabelece a própria concepção de propriedade privada, fundamentada em violência e saques, deve-se seguir pela luta anticapitalista e emancipadora das mulheres, negros e LGBTQs.

#### **4 EDUCAÇÃO AMBIENTAL CRÍTICA, INTERSECCIONALIDADE E PAULO FREIRE**

Ao pensar a Educação Ambiental, deve-se ter um olhar clínico sobre questão das lutas feministas e antirracistas, avançando no que condiz à interseccionalidade, em que a raça e o gênero são pontos predominantes para entender os processos de colonização e até mesmo os problemas acerca da disparidade de gênero na condição do trabalho. Assim, é possível construir uma luta interseccional de raça, gênero e anticapitalista.

Antes mesmo dessa ideia, na qual hoje entendemos a problemática de uma Educação Ambiental conservadora e a quem ela tem servido, partimos de uma breve recapitulação histórica que nos faz entender os processos de expropriação e abuso dos recursos naturais. Destarte, entendendo o processo de colonização como a nova relação estabelecida do colonizador com as terras colonizadas, com seus banhos de sangue, saques e estupros.

Segundo Ferdinand (2022, p. 137),

Ao separar as críticas ambientais de um lado e as críticas antiescravistas e anticoloniais de outro, o ambientalismo encarna uma ecologia colonial: uma ecologia que tem a função de preservar o habitat colonial e as dominações humanas e não humanas que a ela se ligam.

A partir do que o autor se propõe a suscitar, entendemos que a interseccionalidade é o caminho para combatermos as desigualdades social e ambiental, sendo que a própria análise dos acontecimentos pregressos à preservação/remediação na qual a fatura ambiental se apresenta atualmente, acusando o consumo e o descaso individual como os grandes percussores dos problemas ambientais encarados. Ferdinand (2022) reitera que a perspectiva ambientalista do antropoceno replica, desse modo, um ambiente colonial e as regiões mais obscuras do mundo e nos faz refletir sobre o fato de que, mesmo antes do termo popularizado pelo movimento negro norte-americano na

década de 1980, o “Racismo Ambiental” se deu por pratica das plantations instaladas com as diásporas e toda a expropriação proveniente da colonização nas Américas.

Portanto, é inevitável desassociar o racismo da raciologia, essa pseudociência que colocou o homem branco e a colonização no centro do mundo como avanço. com Esse homem branco põe a culpa da consequência iminente da raciologia na prática individual e não corporativa das sequências expansionistas do poder colonial que continua a expropriar e a esgotar os recursos naturais até hoje e da própria condição de regeneração que a natureza tem.

Assim, Ferdinand (2022, p. 137) afirma que:

Por um lado, o pensamento de preservação da natureza tomou forma no século XVIII em reação às destruições ambientais nas colônias sem se preocupar com as injustiças constitutivas do mundo colonial do mundo colonial. O empobrecimento e a erosão do solo diminuía a produtividade das culturas, enquanto desmatamento reduzia o abastecimento de madeira necessária aos engenhos para produzir açúcar e rum.

Percebe-se a noção de esgotamento que a colonização traz, sendo contrária à epistemologia que os povos originários estabelecem com a natureza. A ideia de produção massiva e do desgaste dos recursos naturais é colonial, que reverbera nas diversas nuances hoje encaradas ao lutarmos por justiça ambiental. Costumamos estar em uma perspectiva de recuperação e de remediação dos estragos que não são mais causados pela colonização, mas pelo corporativismo imperialista, cujo negócio do grande capital continua a explorar as colônias na América Latina e em países no continente africano. A colonização e seus agentes do terror e destruição são caracterizados como os primeiros percussores do Ambientalismo Moderno. Ferdinand, provoca a amnésia histórica na qual a própria história positivista assegura as linhas da história e dos feitos da colonização no seu conservadorismo, mas não as entrelinhas que denunciam muitas coisas. De acordo com Ferdinand:

Por causa dessa relação explícita entre desmatamento e mudança climática local, Poivre é considerado um dos percussores do Ambientalismo Moderno, fazendo eco à luta contemporânea contra o aquecimento climático global. Entretanto, ao celebrar as ações pioneiras desse botânico, ninguém deu destaque ao fato de que essa preservação de florestas participava plenamente de uma colônia escravagista (Ferdinand, 2022, p. 138).

Ressalta-se que é necessário constituir uma militância interseccional, sem separar temas que se constituem do ataque do mesmo oponente. Dessa forma, se a percepção é de que o inimigo é o mesmo que, geracionalmente, está expropriando o solo e esgotando os recursos naturais, devemos acirrar o compromisso com a luta antirracista, anticolonial e anticapitalista. Com isso, será possível trilharmos no caminho da luta social, que irá guiar para uma sociedade mais equânime com a natureza e a humanidade que não se desloca dela.

Na perspectiva estratégica, a “Pedagogia do Oprimido” como opção “do que fazer” e “como agir” se apresenta como possibilidade ontológica de constituir essa militância interseccional. Ao discutir a ontologia em Paulo Freire, Romão (2010) aponta a relação intrínseca com a epistemologia.

A toda concepção, em qualquer campo do conhecimento humano, subjaz uma ontologia (teoria do ser) e uma epistemologia (teoria do conhecimento) e ambas se correspondem mutuamente. Ou seja, toda e qualquer teoria – científica, filosófica, estética, etc. – referencia-se em uma visão de mundo que, por sua vez, contrói-se a partir de uma teoria a respeito de tudo que existe e de uma teoria sobre a forma de conhecer o que existe. Em Síntese, a cada ontologia corresponde uma epistemologia e vice-versa, e ambas fundamentais para qualquer formulação conceptual ou estética de quem as assume em sua visão de mundo (Romão, 2010, p. 292).

Por fim, é importante frisar que a interseccionalidade, necessária para superar a opressão sobre os corpos não brancos e/ou não heterossexuais em uma visão pasteurizada do ser humano, bem como de sua forma de estar no mundo e com o mundo, fundamentam o binômio onto-epistemológico da pedagogia do oprimido como fundamento da Educação Ambiental Crítica. A busca de uma ética universal do ser humano deve, necessariamente, considerar que o opressor, enquanto classe social, também reflete uma ontologia e uma epistemologia, que tem cor e sexo.

Meu problema contra as pessoas racistas não é com a cor de sua pele, mas com a cor de sua ideologia. Da mesma forma, minha dificuldade com o machista não é com seu sexo, mas com sua ideologia discriminatória. Não faz parte da natureza humana ser racista ou machista, ser progressista ou reacionário; dela faz parte a vocação para o ser mais, a qual é incompatível com toda a forma de discriminação (Freire, 2012, p. 68).

A pedagogia, portanto, como a intenção do “que fazer”, impõe a ideia de método como dimensão teórico-prática de agir no mundo. Para Freire (2012), em sua “Pedagogia do Oprimido”.

O método é, na verdade (...diz o Prof. Álvaro Vieira Pinto...), a forma exterior e materializada em atos, que assume a propriedade fundamental da consciência: a intencionalidade. O próprio da consciência é estar com o mundo e este procedimento é permanente e irrecusável. Portanto a consciência é, em sua essência, ‘um caminho para’ algo que não é ela, que está fora dela, que a circunda e que ela apreende por sua capacidade ideativa. Por definição, continua o professor brasileiro, a consciência é, pois, método, entendido este no seu sentido de máxima generalidade. Tal é a raiz do método, assim como tal é a essência da consciência, que só existe enquanto faculdade abstrata e metódica (Freire, 2015, p. 61).

O processo de conscientização de classe social, de seu lugar no mundo, se constitui como a finalidade do processo educativo, para além de uma relação de ensino-aprendizagem de determinado conteúdo. Na Educação ambiental crítica “a questão crucial a ser atualmente respondida, portanto, além da eficácia de sua cota de participação na tarefa na reversão da crise ambiental, é se essa prática pedagógica reproduz ou transforma as condições sociais tal qual se encontram atualmente” (Layragues, 2006, p. 5).

## **5 CONCLUSÃO**

Segundo Streck (2011), a decisão de favorecer a impaciência nos conduz ao voluntarismo, o qual destaca a subjetividade na relação e é caracterizado como idealista, metafísico, não histórico e não dialético. Freire ressalta a importância da pergunta e, conseqüentemente, do diálogo, porque se temos questionamentos e, portanto, respostas contundentes, os esclarecimentos nos conduzem ao diálogo, avançando e diagnosticando que sem diálogo não é possível achar o meio transformador. Quando abordamos o tema diálogo de forma primária, estabelecemos, propriamente no texto, uma linguagem que conduza, pelos trilhos de uma razão, as nuances discutidas. Embora há violência histórica que constitui nosso Brasil seja, de toda forma, vista como algo superado, na verdade não é. Haja vista que a violência é uma linguagem de silenciamento do outro, pois os autoritários não costumam aderir à prática do diálogo e do consenso.

## REFERÊNCIAS

- CRENSHAW, Kimberle. A Interseccionalidade na Discriminação de Raça e Gênero. Revista Estudos Feministas. Salvador, n. 1, 2002.
- DAVIS, Angela. Mulheres, Raça e Classe. São Paulo: Boitempo, 2016.
- FANON, Frantz. Pele Negra, Máscaras Brancas. Salvador: EDUFBA, 2008.
- FEDERICI, Silvia. O Calibã e a Bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva. Tradução: Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2017.
- FERDINAND, Malcom. Uma Ecologia Decolonial: pensar a partir do mundo caribenho. São Paulo: Ed. Ubu, 2022.
- FREIRE, Paulo. À sombra desta mangueira. 11. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.
- FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido. 50. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2012.
- LAMB, Charles. Histórias de Shakespeare. Tradução Marcos Bagno. São Paulo: Ática, 2003.
- LAYRARGUES, Philipe Pomier. Muito além da natureza: educação ambiental e reprodução social. Disponível em: [https://www.ifbaiano.edu.br/unidades/valenca/files/2011/05/muito-alem-da-natureza\\_educacao-ambiental-e-reproducao-social.pdf](https://www.ifbaiano.edu.br/unidades/valenca/files/2011/05/muito-alem-da-natureza_educacao-ambiental-e-reproducao-social.pdf)
- MBEMBE, Achille. NECROPOLÍTICA: Biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte. São Paulo: N-1 Edições, 2018.
- MARX, Karl. O capital: Crítica de Economia política livro I: o processo de produção do capital. 2º Ed. São Paulo: Boitempo, 2017
- STREK, Danilo. Cinco razões para dialogar com Paulo Freire. Revista e-curriculum. São Paulo, v. 7, n. 3, dezembro, 2011. Disponível em: <http://revistas.pucsp.br/index.php/curriculum>.